



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### ACTA NÚMERO VINTE E TRÊS

Aos trinta dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. Aprovação da acta da sessão anterior;**
- 2. Aprovação da acta da sessão anterior.**
- 3. Período de antes da ordem do Dia:**
- 4. Período da Ordem do Dia:**
  - 3.1 Proposta de Alteração do Quadro de Pessoal e Estrutura Orgânica;**
  - 3.2 Aprovação do Pedido de Empréstimo de 180.123,00 € referente ao 2º rateio de 2005, conforme comunicação da DGAL;**
  - 3.3 Aprovação do Regulamento de Cedência de Utilização de Cartografia Digital;**
  - 3.4 Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.**
- 4. Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal endereçou os cumprimentos a todos.

Estavam presentes os seguintes Senhores Deputados: Irene Paixão dos Santos Leitão, João Adelino Paixão Salvado, Albino Saraiva Cardoso, Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro, João Lucas Leitão, Germano de Jesus Mamede Cleto, António Lívio Martins Roque, Lúcia Fernandes Almeida Paiva, João Clara de Assunção, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos, Luís Pedro Matos Soares, José Quaresma Domingos, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque.

Foi considerado de acordo com a Lei o pedido de substituição previamente solicitado pelo Senhor Deputado José Fernando Carona Leitão.

#### **Aprovação da acta.**

O Senhor Presidente da Assembleia, começando pelo ponto 1 da ordem de trabalhos, Aprovação da acta da sessão anterior, perguntou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, tendo a Senhor Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, apresentado a proposta de se incluir na ordem de trabalhos a aprovação da acta da sessão da Assembleia realizada em Abril, uma vez que ainda não tinha sido aprovada. Aceita a proposta por unanimidade, foi em 1º lugar posta a votação a acta nº 21 da sessão de 29 de Abril, depois de efectuadas algumas correcções, foi a mesma aprovada com 14 votos a favor e 3 abstenções dos Senhores Deputados Albino Saraiva Cardoso, Delfina da Graça Matos Guedes Monteiro e João Clara de Assunção, por não terem estado presentes.

Seguidamente foi posta a votação a acta nº 22, da sessão de 24 de Junho, tendo sido aprovada com 13 votos a favor e 4 abstenções dos Senhores Deputados António Lívio Martins Roque, José Manuel Novo de Matos, João Clara de Assunção e Joaquim Fernandes Albuquerque.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A Senhora Vereadora Irene Paixão dos Santos Leitão, apresentou a seguinte declaração de voto:

### **Declaração**

“A gestão autárquica dos últimos quatro anos está bem reflectida da forma e no conteúdo, da Actas da Assembleia Municipal, que revelam de forma explícita o desnorte que pautou o executivo.

Consta pelas Ruas da nossa Terra, e é conversa entre os nossos concidadãos, que o Concelho de Manteigas aparenta ter entrado num beco cuja única saída, se afigura, a continuar assim, num precipício.

Que não se concretize esta visão realístico/pessimista e que ainda seja tempo de Manteigas Parar”.

### **Intervenção de Municípes.**

Estando presentes na sala alguns Municípes, o Senhor Presidente da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra, tendo a Senhora Maria Guiomar Fonseca Martins Morais e seu pai José Martins Coelho, solicitado a palavra para expor a situação das obras na Rua de Santo André ou Rabitas onde no Boletim Municipal dava como a obra acabada e até à presente data e depois de um acordo verbal com o seu Pai, que cedeu uma parte de terreno para o alargamento da rua, foram retirados uns pilares que delimitavam a entrada e até à presente data ainda não foram colocados.

O Senhor Vice-Presidente informou que anotou o assunto e que iria solicitar ao Senhor Vereador o encaminhamento do assunto.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para informar que este assunto não deveria ter sido apresentado na Assembleia Municipal, mas sim numa reunião de Câmara Municipal.

### **Proposta de Alteração do Quadro de Pessoal e Estrutura Orgânica.**

Sobre este ponto o Senhor Vice-Presidente solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a sua retirada uma vez que a proposta não estava em condições de ser apreciada, sendo o ponto retirado da ordem de trabalhos.

### **Aprovação do Pedido de Empréstimo de 180.123,00 € referente ao 2º rateio de 2005, conforme comunicação da DGAL.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou aos Senhores Deputados se pretendiam usar da palavra, tendo a Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, questionada se o endividamento da Câmara Municipal não ultrapassa o limite da capacidade.

O Senhor Vice-Presidente informou que os empréstimos são apresentados ao Tribunal de Contas para o respectivo “Visto” e que este só é concedido desde que tudo seja demonstrado formalmente, o que até agora os diversos empréstimos têm sido autorizados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pôs a proposta à votação tendo sido aprovada com 10 votos a favor; 6 votos contra e 1 abstenção.

Mais foi deliberado aprovar este ponto em minuta para produzir efeitos imediatos.

O Senhor Deputado João Lucas Leitão apresentou a seguinte declaração de voto:

### **Declaração de Voto**

“Votei favoravelmente a proposta de empréstimo, na condição de que, embora estejamos no final de mandato, o próximo Executivo possa continuar com obras a que este empréstimo se destina”.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão informou que iria apresentar uma declaração de voto no final dos pontos da ordem de trabalhos.

### **Aprovação do Regulamento de Cedência de Utilização de Cartografia Digital.**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Não havendo nenhuma questão a ser colocada sobre este ponto foi o mesmo posto à votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta para produzir efeitos.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, apresentou a seguinte declaração de voto, subscrita pelos Senhores Deputados do PS:

### **Declaração de Voto**

Apesar da Lei n.º 47/2005, de 9 de Agosto, entrada em vigor a 05-09-2005, impedir a prática dos actos contidos nos pontos 3.2 e 3.3., apenas o período de gestão dos órgãos autárquicos, consideramos que 10 dias do início desse período, em plena campanha eleitoral, não nos parece oportuno discuti-las mormente aprová-los, já que numa lógica de transparência e de democraticidade, entendemos não dever impor aos órgãos que sairão das eleições autárquicas do próximo dia 9 de Outubro, tais decisões.

Fazê-lo, implicaria admitir implicitamente o reconhecimento antecipado da vitória no sufrágio, a ser assim este seria desnecessário com as ilações que deixo à consideração de V.Exas.

Manteigas, 30 de Setembro de 2005.

### **Apreciação da Informação do Senhor Presidente da Câmara.**

Não houve qualquer comentário sobre este ponto.

### **Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou os presentes para quem queria intervir sobre assuntos de interesse para o Concelho, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Germano de Jesus Mamede Cleto, Fernanda Isento Pereira, José Manuel Novo de Matos e Irene Paixão dos Santos Leitão.

Começou o Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto para dizer que relativamente ao processo do INATEL – Complexo Lúdico/Termal se congratula por finalmente haver luz verde e abertura para o processo começar a ter andamento, não censurando as ambições do Senhor Presidente da Câmara.

A Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira, falou da situação que se vive em Manteigas, devido ao encerramento da Fábrica da SOTAVE. Há dois anos atrás foi por ela levantada a questão que hoje tanto se fala. No seu entender, a Câmara deveria ter sido mais actuante neste processo, pois deveria ter construído um Parque Industrial e não foi com a aquisição de 1 imóvel que foi resolvido o problema da SOTAVE, apenas serviu para enriquecer o património da Câmara. Alertou para a grave situação, que daqui a dois ou três anos se irá verificar, pois a qualidade de vida das pessoas ficará pior. Os trabalhadores tudo fizeram para que não se chegasse a esta situação. Deixou no entanto a questão:” se Manteigas poderá ter no futuro um Parque Industrial?”

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, apresentou a sua indignação pelo facto de ao longo quatro anos não se ter feito nada sobre o assunto, deixando um voto de solidariedade a todas as Famílias de Manteigas que estão no desemprego.

O Senhor Deputado José Manuel Novo de Matos, apresentou um voto de solidariedade a todos os trabalhadores da SOTAVE, que a seguir se transcreve:

### **Voto de Solidariedade**

### **Situação dos Trabalhadores da SOTAVE preocupa o PCP**

É com manifesta preocupação e activa solidariedade que desde há muito o PCP vem acompanhando e tratando de perto os problemas que afligem os trabalhadores da SOTAVE.

Em Fevereiro de 2005, pedimos uma reunião formal à delegação Sindical da Empresa, com o objectivo de nos inteirarmos mais profundamente da situação ali vivida. Em 22 de Abril último, no âmbito das “Jornadas em Defesa do Sector Têxtil” promovidas pela DORGuarda e pelo Grupo Parlamentar do PCP, mantiveram uma reunião com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Administração da Empresa e, posteriormente, outra com a delegação sindical. Nestas reuniões o PCP ouviu e confrontou opiniões, comprometendo-se a levar o assunto à Assembleia da República e, através desta, requer ao governo as medidas necessárias para salvar as empresas e os postos de trabalho, o que fez de imediato.

Quando a administração tentou colocar compulsivamente 60 trabalhadores na suspensão, foi o PCP quem convenceu os visados a lutar e a recusar essa arbitrariedade.

Sucessivos incumprimentos na regularização do pagamento dos salários em atraso levaram os trabalhadores a desacreditar e a desesperar, suspendendo, em consequência, a laboração. É, por isso, profundamente legítima e justa a sua indignação, merecendo a sua luta toda a solidariedade do PCP.

É público que a actual Administração da Empresa é constituída por “coveiros profissionais” de empresas em dificuldades. No seu curriculum constam passagens ruinosas pela Nova Penteação e outras empresas.

Os métodos que aí aplicaram são os mesmos que estão adoptar na SOTAVE. Com que inconfessáveis objectivos? Este passado devia ter posto de sobreaviso os dirigentes sindicais quanto às melhores formas de luta a adoptar em defesa dos direitos ameaçados. Não é tarde para que isso aconteça. Em todos os tempos, a luta organizada e corajosa dos trabalhadores acabou sempre por vencer. Também desta vez, se os trabalhadores da SOTAVE se mantiverem unidos e dispostos a lutar, acabarão por ver reconhecida a sua razão. Porque se é ilegal parar sem pré-aviso, é muito mais ilegal e ilegítimo não pagar o salário a quem trabalha.

O Concelho de Manteigas não pode sobreviver económica e socialmente sem a SOTAVE. A contínua redução dos postos de trabalho provocou já uma crise social grave, afectando todos os sectores da economia local. Mas se é verdade que o município e as autarquias da vila têm de estar neste processo de corpo inteiro, não é menos verdade que cabe ao Governo adoptar as medidas de fundo tendentes a recuperar a empresa, a viabilizá-la, reservando aos trabalhadores o papel de fiscalizar a correcta aplicação dos apoios a disponibilizar. Ninguém compreende que o Governo injecte dinheiro na Empresa, através do FACE e, anteriormente, através de outros programas, e não venha verificar se tudo está a correr conforme o acordado. É caso para perguntar: o que anda a fazer a Inspecção do trabalho? E a Segurança Social? E o Governo Civil? E os outros organismos de fiscalização dependentes do Governo?

A sorte dos 160 trabalhadores da SOTAVE compulsivamente empurrados para a rescisão e a dos que se mantêm na empresa depende da organização e determinação da luta e da solidariedade empenhada de todas as instituições e de todos os manteiguenses.

O PCP, como até aqui, tudo fará, na Assembleia da República, no Parlamento Europeu e junto da opinião pública, para que a SOTAVE continue a ser uma empresa viável, com gestão séria, respeitadora do direito inalienável dos trabalhadores ao salário e ao posto de trabalho e ao posto de trabalho.

Como o PCP de há muito vem reclamando, é necessário que o Governo avance com o lançamento de uma “**Operação Integrada de Desenvolvimento**” para a Corda da Serra, que apoie a capacidade de produção instalada e a regeneração do Sector Têxtil. Só assim será possível fixar as populações, desenvolver a região e criar boas condições de vida a quem teima a quem teima em gostar de viver aqui.

Guarda, 15 de Setembro de 2005.

Apresentou também uma Moção sobre a Lei da Água que a seguir se transcreve:

### **Moção sobre a Lei da Água**

Considerando que:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- Decorre na Assembleia da República o processo para a aprovação de uma Lei Quadro da Água.
  - Os Municípios têm competências na água e no ordenamento do território envolvente, no abastecimento de água e saneamento, assim como um papel e um posicionamento essencial na protecção e ordenamento da relação dos cidadãos com a água, as margens dos rios, a costa e a praia.
  - A Associação de Municípios, muito tardia e apressadamente consultada, emitiu pareceres muito desfavoráveis às propostas do Governo.
  - Não houve sequer debate nos Conselhos de Bacia Hidrográfica onde “alguns” Municípios têm assento, nem no Conselho Nacional da Água.
- Considerando ainda que as propostas de lei do Governo:
- Induzem a mercantilização completa da água como princípio básico e única forma de gestão, excluindo todos os que não possam pagar o permitindo todo o abuso e degradação desde que “economicamente rentável”.
  - Introduzem um regime de concessão que dá exclusividade de administração e licenciamento da utilização da água e do domínio público ao concessionário, escolhido pelo governo, e a quem é concedido, por 75 anos(!) não só o direito de uso como de “revenda” e aluguer de utilização de todo o acesso por outros à água e aos terrenos confinantes.
  - Retiram competências às autarquias locais na gestão da água, sujeitando-as à arbitrariedade da administração central ou de concessionários do domínio público hídrico, e equiparadas a qualquer privado para autorização de captação de água e rejeição de águas residuais urbanas. Subordinando-as ainda totalmente à administração central e a concessionários desta, no ordenamento território das zonas ribeirinhas e costeiras.
  - Impõem o tarifário da água às autarquias, inviabilizando preços sociais e serviços gratuitos de utilidade pública como fontes públicas e fontanários.
  - Não reconhecem direitos aos cidadãos de fruição da água e do domínio público hídrico, mas apenas impõem taxas e tarifas que são impostos camuflados.
  - Deixam um cheque em branco ao Governo para legislar sobre questões fundamentais que afectam os direitos dos munícipes e interferem com as competências autárquicas, como a transferência do domínio público para a propriedade patrimonial do Estado, a sua venda e concessão, a vedação de acesso e a cobrança de taxas às autarquias e particulares, inclusive sobre uso da propriedade privada.
  - Não reconhece nem dá dignidade aos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento, que são equiparadas a um qualquer negócio, sujeitando as autarquias a taxas de captação e rejeição e à competição de preços com outros utilizadores, o que inevitavelmente terá consequências muito gravosas para as populações, já fechadas pela actual crise económica.
  - É extremamente gravosa para a agricultura, cuja função social e de fixação das populações não reconhece, tendendo eliminar todo o regime fundiário inferior a 50 há, que constitui a esmagadora maioria da propriedade agrícola portuguesa, arruinando assim o que resta das economias locais que ainda subsistem nesta base.
- Considerando finalmente, que um diploma tão fundamental e definidor de políticas como a Lei da Água não pode ser decidido exclusivamente em Lisboa, nem limitado ao Palácio de S. Bento.

A Assembleia Municipal de Manteigas, reunida em 30-09-2005, exige:

- 1 – Que seja dado início a um amplo processo de discussão pública com toda a sociedade sobre uma Lei da Água justa para todos, que salvaguardando o domínio público e tenha como preocupação a componente humana e a cidadania, os direitos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

constitucionais dos portugueses, a equidade e a justiça, a importância social e ecológica de água, o seu papel estratégico no sistema produtivo, as responsabilidades e competências do Estado e do Poder Local e os direitos democráticos dos cidadãos.

2 – Que as Autarquias Locais, Participem nesse processo e sejam acolhidos os seus contributos.

3 – Que sejam assegurados os direitos à água e ao ambiente dos Municípios do Concelho de Manteigas.

Manteigas, 30 de Setembro de 2005.

Posta à votação foi esta Moção aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, José Quaresma Domingos, usou da palavra para informar que sobre a situação da SOTAVE e tendo sido ele um empregado da mesma, sempre defendeu os interesses dos trabalhadores, não aceitando agora os ataques que lhe são dirigidos, por não ter cedido uma sala da Junta de Freguesia que ali nunca lhe foi solicitada. Lamenta o facto do encerramento da fábrica.

O Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão, expressou um voto de solidariedade e manifestou a sua convicção que a situação possa ser resolvida com o envolvimento de todas as partes encontrando-se soluções. Poderão ser criadas pequenas empresas para que Manteigas tenha um futuro melhor.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, usou da palavra para dizer que as pessoas também têm de ter iniciativas. A Câmara Municipal teve oportunidade de criar incentivos para a criação de um parque industrial. Referiu que no Ski Parque há uma concessão em que não se sabe como é que funciona, pois existe uma cláusula que diz que 50% dos lucros são para a Câmara Municipal e até à presente data ainda não foram entregues quaisquer lucros.

O Senhor Deputado João Adelino Paixão Salvado, pediu a palavra para exprimir também a sua solidariedade, tendo a única capacidade para alertar e propor rumos diferentes daqueles que estão a ser tomados, estando bastante preocupado com a situação. Não se pode estar a pensar que se possa viver sempre de atribuição de subsídios, todas as partes têm de ter a noção exacta da responsabilidade. Das informações colhidas na última Assembleia Geral da SOTAVE, a intenção que ficou muito clara foi a de não fechar a fábrica.

O Senhor Vice-Presidente, José Manuel Saraiva Cardoso, usou da palavra para responder a algumas questões que foram colocadas, dirigindo-se ao Senhor Deputado Germano de Jesus Mamede Cleto, para informar que as negociações com o INATEL são agora questões burocráticas e difíceis, porque esta Entidade é detentora da concessão da água termal.

Sobre a SOTAVE, a Câmara Municipal efectuou o que lhe foi solicitado tendo recebido o Sindicato e a Administração da Firma, levando o assunto a outras Entidades, como é do conhecimento da Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira e dos trabalhadores que estão presentes nesta sala.

A Senhora Deputada Irene Paixão dos Santos Leitão, apresentou o seguinte voto de solidariedade:

### **Voto de Solidariedade**

Os membros do P.S., com assento nesta bancada não podem de deixar, neste momento crítico, de crise social e económica no concelho de Manteigas, de manifestar a sua solidariedade com as famílias do Concelho de Manteigas que sentem na pele o fantasma do desemprego.

Programas para que o próximo executivo municipal tenha uma visão racional, prática e célere, na tentativa de resolução do problema do investimento económico, que trave a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

grande crise de emprego do concelho, adoptando medidas concretas, incentivos e alternativas que tragam de novo a esperança, o alento e a vontade de continuar a lutar das nossas gentes, que com coragem e determinação, sempre o souberam fazer.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de dar por terminada a sessão apresentou e leu o seguinte documento:

“EXMO.SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS e SENHORES VEREADORES PRESENTES, SENHORES DEPUTADOS,

Quando há quatro anos, menos três meses, assumi a Presidência desta Assembleia Municipal estaria eu capacitado que seria fácil, dada a composição dos eleitos e todos considerados como pessoas de bem, geri-la sem grandes problema, se o pensamento dos mesmos fosse só e unicamente trabalhar pelos interesses do nosso concelho e seu desenvolvimento com sugestões e propostas válidas que pudessem dignificar esta Assembleia e o concelho em que nos inserimos.

Verificou-se, desde a primeira hora, que nem todos estavam vocacionados para se atingirem os objectivos proclamados nos respectivos programas eleitorais.

Esqueceram-se, alguns, de deixar os seus velados arrebatamentos políticos, ou na rua, ou na escadaria de acesso a este edifício.

E, foi sempre assim ao longo destes 45 meses.

Ora vejamos:

- As actas, que foi sempre, desde que ocupei qualquer lugar nesta magna Assembleia, o problema da sua transcrição.
- Nenhuma mereceu, em primeira mão, o voto unanime desta Assembleia, fosse qual fosse o Secretário que a tivesse elaborado, argumentando-se qualquer facto ou circunstância, menos relevante, que serviria de base para a abstenção ou o voto contra.
- Chegou-se a ofender a capacidade intelectual dos mesmos.
- Creio que esta situação não será invertida mesmo que estas passem a ser feitas por algum funcionário experiente de apoio a esta Assembleia.

Enfim, é um mal que terá de ser, não compreendido, mas aceite por qualquer Mesa constituída sejam eles como se costuma dizer, gregos ou troianos.

Outras circunstâncias mais relevantes:

- Assistiu-se nos primeiros três anos, a uma denúncia sistemática, aos órgãos competentes, por irregularidade cometidas nas aprovações dos documentos das propostas apresentadas pela Câmara Municipal.
- De tantas, só produziram efeito as da célebre reunião do dia 1 de Março, que, por dificuldade no calendário, foi realizada um dia depois.
- Notou-se, neste capítulo, que não houve, por parte de alguns, a colaboração desejada mas a intenção de entravamento dos processos.
- Recordo, como exemplo, um deles o PERID. – Programa de recuperação dos Imóveis degradados.
- Nem mesmo aqueles que foram tratados em primeira-mão pelos Grupos Municipais, escaparam a este regra.

Mas, nem tudo foi mau nem tudo foi discórdia.

Posso e devo referir que tratei todos com o maior rigor e imparcialidade, com cortesia e atenção.

Também não posso queixar-me de falta da mesma por parte de qualquer dos Senhores Deputados a não ser um ou dois episódios que já esqueci e não vou comentar.

Embora muitas vezes menos tolerante com situações criadas mas, em suma, foi um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

prazer trabalhar convosco e agradecer não só como Presidente da Assembleia, mas, também, em meu nome pessoal tudo o que fizemos para bem do nosso concelho.

A outros, tal como eu, que não estarão nesta Assembleia a partir das próximas eleições, desejo-lhes as maiores felicidades na sua vida Familiar e Profissional.

Também para todos que continuarem as mesmas saudações e a esperança de um bom trabalho como contribuição para o desenvolvimento e o bem da nossa comunidade.

Afasto-me, desta Assembleia, com a consciência do dever cumprido”.

E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, pelo que deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada.

A Mesa

---

---

---